

INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: EDUARDO DA COSTA PAES
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

**INQUÉRITO – ARQUIVAMENTO –
INDEFERIMENTO.**

1. O assessor Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

A Procuradoria-Geral da República requereu a abertura deste inquérito para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986.

Vossa Excelência determinou, em 23 de junho de 2017, o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência das investigações em relação a Eduardo da Costa Paes, não detentor de prerrogativa de foro. A Primeira Turma,

INQ 4435 / DF

em 19 de setembro seguinte, deu provimento ao agravo interno protocolado por Eduardo da Costa Paes para que os autos retornassem ao Supremo, viabilizando a apuração conjunta dos fatos.

Em 8 de maio de 2018, declinou da competência para a primeira instância da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, afirmando que os delitos imputados ao investigado Pedro Paulo Carvalho Teixeira não estão relacionados ao cargo de Deputado Federal atualmente exercido. O Pleno do Supremo, no que afetado ao Colegiado o exame do quarto agravo regimental neste inquérito, ante controvérsia a respeito da definição do alcance da competência da Justiça Eleitoral, em 14 de março de 2019, proveu parcialmente o recurso formalizado pelos investigados para: a) no tocante ao fato ocorrido em 2014, assentar a competência do Supremo; b) quanto às infrações supostamente cometidas em 2010 e 2012, declinar da competência para a Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro e julgar prejudicado o agravo interposto pela Procuradoria-Geral da República, no que voltado à fixação da competência da Justiça Federal, relativamente ao crime de evasão de divisas – folha 605 a 789.

Pedro Paulo Carvalho Teixeira e Eduardo da Costa Paes, por meio da petição/STF nº 51.538/2019, subscrita por advogados credenciados, sustentam, reportando-se a parecer técnico trazido ao procedimento investigatório, haver indícios de manipulação fraudulenta dos documentos utilizados na instauração do inquérito. Afirmam não ter a Procuradoria-Geral da República procedido a avaliação técnica prévia do material fornecido pelos colaboradores, a revelar a ausência de confiabilidade dos arquivos digitais que embasaram o pedido de instauração do inquérito. Dizem imprestável o dispositivo de mídia juntado à folha 15, alusivo ao material entregue. Considerada a dúvida acerca da subsistência dos elementos de informação, assinalam inexistir justa causa para o

INQ 4435 / DF

prosseguimento da investigação. Salientam caracterizado excesso de prazo na tramitação, a perdurar, segundo arguem, desde 14 de março de 2017. Asseveram que as declarações dos colaboradores se mostram contraditórias e desprovidas de elementos de corroboração. Destacam a ausência de manifestação da Procuradoria-Geral da República acerca da ilicitude apontada. Buscam o arquivamento do inquérito, ante indícios de manipulação dos elementos a fundamentarem a instauração e em razão do excesso de prazo.

A Procuradoria-Geral da República, mediante a peça nº 316973/2019 (protocolo/STF nº 61.472/2019), manifesta-se pelo indeferimento dos pedidos. Frisa, levando em conta os incidentes verificados nos autos, não ter havido tempo hábil para a Polícia Federal efetivamente proceder a diligências voltadas à elucidação dos fatos. Aduz indispensável o prosseguimento das investigações, dizendo não serem os depoimentos dos delatores os únicos dados aptos a subsidiarem a apuração. Ressalta que os elementos de informação serão objeto de análise da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise da Procuradoria-Geral da República. Alude ao artigo 21 do Regimento Interno do Supremo, no que exige, para a instauração de inquérito, a materialidade do delito e indícios mínimos de autoria. Menciona as diligências especificadas pelo Ministério Público e deferidas quando da instauração, bem assim outras que possam vir a surgir em decorrência da descoberta de novos fatos.

Quanto ao alegado excesso de prazo, sustenta inexistir justificativa a levar ao arquivamento pretendido. Destaca a ocorrência de diversos incidentes durante a investigação, afirmando-os óbices ao regular desenvolvimento dos trabalhos. Cita a interposição, pelo delator, de agravo contra a decisão mediante a qual determinado o levantamento do sigilo dos autos; a formalização, pelos investigados, de requerimentos nos quais questionada a distribuição do inquérito; a redistribuição,

INQ 4435 / DF

em 25 de maio de 2017, dos autos a Vossa Excelência; a protocolação de agravos em face de decisão relativa ao desmembramento quanto a um dos investigados; a sucessão de agravos contra ato mediante o qual declinada a competência; e o julgamento de questão de ordem no quarto agravo regimental, sendo afetada a análise ao Pleno. Ressalta haver permanecido o inquérito à disposição da Polícia Federal, para o implemento das diligências autorizadas, tão somente entre 21 de março de 2018 e 14 de maio seguinte. Pede seja dado prosseguimento às investigações.

Os autos encontram-se no Gabinete.

2. Relativamente à falta de justa causa para a instauração e a sequência do inquérito, no que apontados indícios de manipulação fraudulenta de documentos a embasarem a atuação da Procuradoria-Geral da República, observem haver sido a investigação iniciada ante declarações prestadas em acordos de colaboração premiada, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, por Leandro Andrade Azevedo, Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Luiz Eduardo da Rocha Soares. A delação – meio de obtenção de prova – constitui elemento suficiente a autorizar a deflagração de investigação preliminar, voltada à aquisição de outras provas destinadas a elucidar fatos supostamente caracterizadores da prática de crime.

A arguida inconsistência do material apresentado, alusivo à mídia juntada à folha 15, bem assim a veracidade do respectivo conteúdo poderão ser averiguadas no curso do inquérito e, ainda, na fase de análise quanto ao recebimento ou não de eventual denúncia, momento adequado à verificação da suficiência de acervo probatório apto à instauração de processo-crime. Ressalte-se haver a Ministério Público Federal afirmado que os elementos serão avaliados por setor próprio, a Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise da Procuradoria-Geral da República.

INQ 4435 / DF

Conforme afirmou o Órgão acusador, instaurado o inquérito em 17 de abril de 2017, os autos permaneceram à disposição da Polícia Federal entre os dias 21 de março de 2018 e 14 de maio seguinte, período insuficiente para a realização das diligências autorizadas – folha 18 a 22 –, voltadas ao esclarecimento dos fatos. Havendo indícios a serem elucidados, a partir da linha investigativa revelada pelo Ministério Público Federal, não há falar em excesso de prazo na tramitação. Ainda que transcorridos, desde a data em que instaurado o procedimento, 2 anos, 7 meses e 28 dias, considerados os diversos incidentes, descabe acolher o articulado.

3. Indefiro o pedido de arquivamento.

4. Ao Ministério Público Federal.

5. Publiquem.

Brasília, 17 de dezembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator.